

CRISTOVAM BUARQUE

|| POR RICARDO ISMAEL E MARCOS FORMIGA

A entrevista com Cristovam Buarque tinha sido pensada antes das manifestações que tomaram conta das ruas do país em junho passado. Afinal, cumpríamos uma orientação antiga de reunir nos *Cadernos do Desenvolvimento* depoimentos de representantes do pensamento desenvolvimentista no Brasil e no mundo. Entretanto, ao nos receber em Brasília, em pleno Congresso Nacional, no início de julho, não haveria como separar o político, o senador da República, o intelectual, o defensor intransigente da educação básica de qualidade e de novas prioridades para o desenvolvimento nacional. Assim aconteceu.

Cristovam Buarque nasceu em Recife, em 20 de fevereiro de 1944. Seus pais trabalhavam em uma tecelagem, o que os colocava na condição de um casal de classe média baixa. Ainda na capital pernambucana, optou pela graduação em Engenharia Mecânica, sendo a primeira pessoa da sua família a ingressar em uma universidade. Na Escola de Engenharia abraçou as ideias de Celso Furtado, criador da Sudene e inspirador de toda uma geração de jovens nordestinos. No período de combate



296-314 >>

|| FOTO EUGÊNIO NOVAES

à ditadura militar, se envolveu com a Ação Popular (AP), de origem católica, o que o fez se aproximar de Dom Hélder Câmara, que anos mais tarde, em 1970, o ajudaria a obter uma bolsa de estudos para fazer seu doutorado em Economia na Sorbonne, em Paris.

Na volta ao Brasil, em 1979, Buarque escolheu morar no Distrito Federal e lecionar no Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), atendendo ao convite de Edmar Bacha. A partir de então terá uma trajetória pessoal sempre muito vinculada à capital da República, seja como primeiro reitor eleito da UnB (1985-1989), seja como governador do Distrito Federal (1995-1998), ou como senador da República (2003-2010 e 2010-2018).

Na esfera política, como é natural, existem ganhos e perdas. A derrota na eleição para governador do Distrito Federal, em 1998, talvez tenha sido sua maior frustração. A reeleição para o Senado Federal, em 2010, pela bancada de Brasília, mostra o reconhecimento da cidade que o acolheu. Suas escolhas partidárias foram duas: PT (1990-2005) e PDT (2005-presente). Mesmo derrotado à Presidência da República, em 2006, contribuiu de forma obsessiva para que os brasileiros refletissem sobre o sistema público de educação. No Senado Federal, Cristovam Buarque tem ocupado lugar de destaque, tendo já presidido a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Como governador do Distrito Federal, será lembrado como criador do Programa Bolsa-Escola, iniciativa que servirá de referência para o governo federal a partir de 2001, e que fortaleceu no país a ideia de que o rompimento do ciclo de reprodução

da pobreza depende de avanços na escolaridade, de investimentos na educação básica e de maior qualidade da escola pública.

Entre seus inúmeros livros podemos destacar “A Revolução na esquerda e Invenção do Brasil” (1992), “A Revolução nas Prioridades – da modernidade técnica à modernidade ética” (1994), “A Segunda Abolição – um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil” (1999), “Educação é a solução. É possível!” (2011) e “Reaja” (2012). Em todos eles o compromisso de desafiar o *status quo*, de pensar soluções que conciliem o crescimento econômico e a inclusão social, e de abraçar muitas vezes uma causa, ainda que sem vislumbrar o contexto histórico para realizá-la.

Nesta entrevista Cristovam Buarque fala de suas escolhas pessoais, políticas e intelectuais. Certamente os desafios do desenvolvimento brasileiro tomaram lugar de destaque na conversa. Mas também houve espaço para a discussão do novo economista, da ruptura necessária com certa forma de fazer política, e dos caminhos possíveis para os jovens deste e de outros países.

RICARDO ISMAEL. O senhor dialogou com Celso Furtado e tem trazido uma contribuição inovadora para a perspectiva desenvolvimentista. Falemos da sua formação acadêmica, que começa pela Engenharia Mecânica, em Recife, e depois vai se inclinando para a Economia, com um doutorado na França. Por que a opção pela Economia? Essa dimensão vai estimular sua visão de mundo?

CRISTOVAM BUARQUE. Toda opção nossa tem algo que veio de dentro de nós, um vetor interno, e algo que vem de fora de nós, o vetor externo, os estímulos. Creio que escolhi ser engenheiro porque gostava muito daquilo que é a base da Engenharia. Durante toda a minha formação, fui professor de Física e Matemática. E havia o impacto externo, a industrialização do

Nordeste, a ideia de que o Nordeste ia ser uma região industrializada. Era natural que eu fosse para a Engenharia Mecânica. Não fui só para a Engenharia, mas para a Engenharia Mecânica. Era a visão de me inserir no processo de desenvolvimento industrial nordestino e, ao mesmo tempo, atendia a um anseio da área das exatas. O que deve ter acontecido é que logo eu devo ter percebido que no Nordeste a Engenharia Mecânica não passava de formação de capatazes urbanos. Tínhamos os capatazes rurais e agora íamos ter os capatazes urbanos, que falavam a mesma língua do operário usando máquinas vindas de outros lugares. O Nordeste não fabricava uma máquina, não desenhava uma máquina, como hoje não desenha estes equipamentos aqui, telefone, computador e qualquer um de alta tecnologia – apenas monta. Perceber que minha contribuição maior poderia ser na Economia e não na Engenharia me levou a uma mudança de rumo. E também estava mais de acordo comigo, na medida em que eu era um professor de Matemática e Física, mas com uma carga literária muito boa. Fui um grande leitor de Filosofia, História e Literatura. Creio que mais uma vez se juntaram os dois vetores. E talvez esses vetores comecem nos últimos anos a funcionar de novo, me forçando a uma mudança, porque a Economia está vindo mais à tona. Não mais como crescimento econômico. O que dá resposta agora é um outro tipo de “crescimento” (entre aspas, pois pode até ser o “decréscimo”), buscando a felicidade, o bem-estar. E isso também casa com a minha bagagem da área literária, quem sabe me levando para poder um dia ser filósofo em vez de engenheiro e economista. Filósofo não no sentido de profissional que conhece Filosofia, mas que especula sobre as ideias com o seu mundo. Celso foi um grande filósofo, não apenas um grande economista, mas um grande filósofo pelas reflexões dele. Assim como Amartya Sen é mais que tudo um filósofo com os pés no chão. São pessoas que usam as bases estatísticas para justificar o que pensam e especulam. Eu só acho que não tenho tempo suficiente de vida para dar um passo adiante e virar poeta.

RICARDO. No início dos anos 90, o senhor escreveu *Revolução nas Prioridades – da modernidade técnica à modernidade ética*, já apontando para a necessidade de uma redefinição na agenda pública. Essas reflexões ainda estão atuais?

Muito atuais. Aliás, acho que estão atuais agora; naquela época não estavam. Estive relendo, por conta dessa crise das manifestações, *A Revolução nas Prioridades*, cujo subtítulo é *Da modernidade técnica à modernidade ética*. Acho que é extremamente oportuno neste momento. O que é que estamos vendo com essas manifestações, quando todo mundo começa a falar da necessidade de transporte público? Modernidade ética. Antes, todos falavam do número de carros: modernidade técnica. É o conceito que está naquele livro. Existe uma modernização da técnica que é o meio sem uma modernização do fim, que é você ir depressa de um lugar para outro, sentado, sem perder tempo na espera. Um dos exemplos que eu dava era a televisão. A televisão no Brasil ficou moderna quando passou a colorida, mas era o tempo em que ela sofria mais censura. Então, era uma modernidade técnica, mas não era uma modernidade ética. Creio que estamos num momento de passagem, pelo menos, na busca de uma modernidade técnica para uma modernidade ética. Uma modernidade ética é a que põe educação básica em primeiro lugar. Colocar a universidade em primeiro lugar não dá para dizer que não é ética, mas é mais técnica, já que a preocupação da universidade é mais do ensino técnico. Técnico aqui não é no sentido de Engenharia, mas no sentido de todas as áreas de transformação: Medicina, Engenharia, etc. O Brasil fez uma opção pela modernidade técnica sem nenhuma consideração pela modernidade ética. Por exemplo, grandes extensões do agronegócio produzem de maneira muito eficiente alimentos para exportar em vez de ter entendido que a modernidade ética era a produção sem deslocar a população do campo para a cidade, garantindo-lhe emprego e ao mesmo tempo comida. Tenho a impressão de que a modernidade técnica para a modernidade ética que é tratada em *A Revolução nas Prioridades*, sinceramente, está muito atual. Eu estou

pensando até em revisá-lo e ver se a gente não pode daí tirar uma espécie de manifesto que eu chamaria de um denominador comum para o Brasil de hoje, com objetivos e propósitos capazes de nos unir. Preciso dizer que o livro *A Revolução nas Prioridades* tem a ver com três livros anteriores: um chamado *A Desordem do Progresso*, que é uma visão muito teórica desse assunto, mostrando que o progresso que temos entrou em crise, simbolizado na palavra desordem; um que se chama *A crise da esquerda e a reinvenção do Brasil*, em que já estão a ideia de que os partidos não vão responder porque fracassaram como representantes dos anseios da população, e a ideia de que objetivos da esquerda, por exemplo, estatizar o capital e colocá-lo na mão dos trabalhadores, já não pode ser um objetivo utópico.

MARCOS. Isso também é muito atual. Uma pesquisa brasileira mostra que apenas 10% dos formandos em economia vão ser de fato economistas. Há uma falência do programa de formação, uma completa dissociação entre a formação e o exercício da profissão do economista, mais um argumento para se analisar a necessidade de se rever a profissão como um todo.

Acho que a profissão está em processo de extinção ou revisão. Nesse livro a que o Marcos se refere, e que tem mais de 20 anos, eu coloco uma palavra para simbolizar o novo economista. A palavra é *econologista*, que seria uma mistura de ética, ecologia e economia. Ou seja, seria um pensador que unisse o compromisso ético à sua profissão. Por exemplo, o deslocamento de milhares de trabalhadores para substituí-los por tratores tem de le-

“Eu coloco uma palavra para simbolizar o novo economista. A palavra é *econologista*, que seria uma mistura de ética, ecologia e economia.”

O objetivo utópico seria colocar o filho do trabalhador na mesma escola do filho do patrão. E o terceiro livro é *O colapso da modernidade brasileira*. Esses três livros resultaram nessa reflexão sobre o conceito do que precisamos hoje: como sair da modernidade técnica atrelada ao Produto Interno Bruto e não ao bem-estar e à felicidade, como sair da indústria automobilística para a indústria ou, melhor ainda, para o serviço de transporte público de qualidade.

MARCOS FORMIGA. “*A Desordem do Progresso, – o fim da era dos economicistas e a construção do futuro*”, foi eleito em Londres – porque foi publicado também em inglês – como uma das dez melhores publicações daquele ano. Se não chegou a *best-seller*, ao menos foi selecionado entre os melhores lançamentos.

Best-seller não foi... mas foi um bom lançamento, com resenha no *Le Monde Diplomatique* francês. De fato, a tradução em inglês saiu com o título *The End of Economics?*, com um ponto de interrogação. O que é sintomático.

var em conta o seu lado negativo também e não só o lado positivo de aumento da produção – isso seria a ética. A destruição da natureza deveria ser contabilizada – isso seria a ética. Os recursos deveriam ser tomados na sua totalidade e não apenas do ponto de vista do mercado – isso seria a ecologia. Por exemplo, no uso de petróleo tem que se levar em conta que é um recurso esgotável e não apenas trabalhar com esse recurso pensando no curto prazo. A economia – e muitos me criticaram por isso – tem de estabelecer uma lógica na relação entre os três elementos fundamentais, que são a natureza, o homem e os bens e serviços. Foi daí que eu parti: existe um propósito ético, existe um compromisso ecológico e existe uma lógica. Essa lógica seria a economia, o compromisso seria ecológico, e o propósito seria ético. Eu comecei a chamar de *econologista*, não pegou, mas está aí. E eles traduziram em inglês para o *econologist*.

RICARDO. A propósito, a Rosa Freire d’Aguiar, que lamentou não poder estar aqui hoje, mandou uma pergunta para o senhor que vai nessa direção: “Cada vez

mais, os economistas que se debruçam sobre os problemas ambientais vêm questionando a medição do PIB usada mundialmente e que, tudo indica, é insuficiente para avaliar os danos feitos ao planeta pelo desenvolvimento. Na Europa já há quem diga que o ‘desenvolvimento sustentável’ é um mero rótulo, por ser na verdade impraticável, e que a saída é uma pausa mundial no desenvolvimento, que cada vez mais se torna antieconômico e deseconômico. Como o senhor vê esse debate? Chegamos ao limite da nossa civilização?”.

Eu só tiraria “desenvolvimento” e colocaria “crescimento”, porque “desenvolvimento” é uma palavra que a gente pode interpretar com outras variáveis. Crescimento não, crescimento é aumento da produção; esse se esgotou. Quando dizemos que se esgotou, é verdade que ainda pode durar mais alguns anos, mas não tem mais para onde ir. E veja que Georgescu dizia isso 40 anos atrás, quando escreveu um livro sobre a Economia e Entropia. Antes dele, Malthus também escreveu sobre o tema, mas não deu certo. Por quê? Malthus olhou a terra plana, o solo, e o solo a gente resolve do ponto de vista tecnológico. Não se tinha mais terra para continuar plantando, mas a mesma terra podia dar mais. Hoje, a gente tem que trabalhar a Terra, com T maiúsculo, no sentido de planeta. E, aí, a capacidade de fazer com que os mesmos recursos sejam substituídos por outros, os recursos esgotáveis por outros, exige uma tecnologia que não estamos vendo, que poderá vir. Mas é uma temeridade os responsáveis pelo mundo dizerem “em algum momento surgirá uma solução”. Não se pode pensar isso porque ninguém vê nada no horizonte. É perfeitamente plausível que surjam avanços técnicos nas próximas décadas, pode haver uma surpresa, mas não sabemos para onde estamos indo. E, além de ser difícil superar a situação atual do ponto de vista dos recursos na produção, não há como superá-la do ponto de vista da ocupação do solo. Vejamos o caso dos automóveis. O problema não é apenas faltar petróleo, é não ter onde colocar os carros. Para resolver esse problema, tem que se fazer um esforço tão grande na infraestrutura urbana que faltará dinheiro para tudo mais. Então, respondendo à Rosa, não tenho nenhuma dúvida

de que o modelo se esgotou, e isso já é sentido. Quando vemos economistas sérios, mas de visão tradicional, formal, escrevendo artigos sobre os limites do crescimento, é porque a coisa já chegou. A ideia de que o crescimento veio sobretudo com o relatório “Os limites do crescimento”, dos dois Meadows, feito por encomenda do Clube de Roma em meados dos anos 70. Ali já estava tudo, explicado à perfeição. Eu trabalhei muito com essas ideias, inclusive mostrando por que surgiram naquele momento. Acho que foi um momento em que surgiram dados estatísticos que antes não existiam e que permitiam captar a visão global do impacto ecológico. Eram equações com múltiplas variáveis, centenas de variáveis, e como resolvê-las foi algo que naquele momento o computador permitiu fazer. E eu acrescento mais um dado simbólico: mais ou menos naquela época fez-se a primeira foto da Terra vista do espaço. Essa foto teve um impacto no inconsciente coletivo, que nos levou a dizer: “Caramba, a gente realmente vive num mundo fechado”. Eu acho que não tem jeito, há o limite. Aqui e ali, lemos livros dizendo que vamos poder viajar para Marte em busca de outros materiais, que vamos poder viver no subterrâneo, que os carros vão poder voar e que não precisaremos de tantas avenidas, mas acho que é pura ficção científica, que não acontecerá antes de um prazo que evite uma grande catástrofe. Pode até acontecer, mas nesse rumo atual a catástrofe virá antes. Atingimos o limite do crescimento e a solução tem que ser buscada no bem-estar. O que está acontecendo na Europa hoje? Tenho a impressão de que a Europa não encontrará uma saída se não optar por uma mudança no propósito de redução do crescimento. Claro que isso não é linear nem igual para todos os produtos. Tem que aumentar a produção de música, por exemplo, tem que aumentar a produção de comida, pois ainda há muita gente com fome, mas no conjunto poderia diminuir. E tem que aumentar o tempo livre das pessoas. Estive há três anos na Grécia e conversei com muita gente, empresários, políticos. Quem mais me causou impacto foi um professor de Economia que me disse que tinham reduzido o salário dele em 40%, mas ao mesmo tempo reduzido sua carga de trabalho em 40%. Perguntei como

sobrevivia. Ele respondeu: “a primeira coisa que fiz foi pedir ao dono do apartamento para baixar o aluguel; ele aceitou porque estavam todos na mesma situação; segunda, tirei meu filho da escola privada e pus na pública; e agora uso parte do meu tempo livre para tentar ajudar a escola a melhorar; deixei o carro na garagem e saio de ônibus, mas, como todos estão deixando, estou indo mais depressa de ônibus do que ia de carro; e ainda estou fazendo um pouco de ginástica”. E concluiu que perdeu 40% de renda, mas a qualidade de vida caiu muito pouco, a não ser pela falta que sentia das viagens ao exterior. Isso não dava para fazer.

RICARDO. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir do trabalho do paquistanês Mahbub ul Haq e com a colaboração do indiano Amartya Sen, tornando-se desde então uma referência obrigatória para os estudiosos do tema. No ano passado, o PNUD fez uma adequação à definição de desenvolvimento, na qual se sente uma influência do pensamento de Amartya Sen e também uma perspectiva de defesa dos direitos das futuras gerações. O desenvolvimento seria definido da seguinte forma: “o objetivo do desenvolvimento é criar um ambiente no qual todas as pessoas possam expandir suas capacidades e no qual as oportunidades possam ser aumentadas tanto para as gerações de agora como para as do futuro”. Como reage a essa definição?

Eu acrescentaria a ideia de bem-estar e felicidade no uso dessa capacidade expandida. Por exemplo, expandir as capacidades numa sociedade em paz e não numa sociedade em guerra como a brasileira, pela violência. E colocaria também o aumento da produção cultural, que deve ser o grande objetivo da humanidade. Não dou ênfase ao elemento religioso, mas ele também tem um papel. É sobretudo a parte cultural, das artes, da estética. A gente vive para ter liberdade, ou seja, para ter tempo livre, que possa ser usado livremente, e isto para realizar as atividades espirituais da estética, se quiser, pode usar também da erótica, sem nenhuma brincadei-

ra, pois faz parte também daquilo que realiza o ser humano. Sou favorável a essa definição, talvez agregando esse propósito do bem-estar, da felicidade. Às vezes eu digo isso e me respondem: “mas o trabalhador é livre”. Não é isso: é se assegurar de que “o trabalhador tem tempo livre”. O trabalhador fica 24 horas procurando emprego. A ideia é ter tempo livre para usar livremente. O trabalhador tem tempo livre, mas não usa livremente esse tempo porque não tem como ir a um cinema, porque não tem transporte, porque não pode pagar um ingresso, porque fica procurando emprego. Eu colocaria na definição o conceito de tempo livre e uso livre desse tempo livre. É o que eu tenho formulado, inclusive no meu curso, é sobre a história do progresso.

MARCOS. Como são os cursos que o senhor dá na UnB?

Variam. Há uma parte burocrática, que é o seminário sobre desenvolvimento econômico, mas na verdade o meu curso é sobre “O progresso da ideia de progresso”. Ou seja, como foi a história do progresso, que nem sempre foi em termos do PIB. O PIB tem 200 e poucos anos. Mostro como eram os outros conceitos de progresso no passado, o grego era de pura cultura. Homem rico na Grécia era homem culto, houve um tempo em que era homem virtuoso, depois era homem que tinha ouro. Só recentemente é que é quem consome muito. Qual é o futuro? É isso que a gente tem que formular. Então, nessas formulações, apresentei uns estudos em que vou descascando o PIB. Tiro do PIB a depredação natural que ele causa. E chego ao PIB verde. Deste eu tiro tudo aquilo que é arma. Arma não é um produto que aumente o bem-estar. Então se cria o PIB branco. Você pode dizer que arma é necessária para evitar a perda do patrimônio, mas, quando você faz um muro ao redor de uma casa, aumenta a segurança, não necessariamente o bem-estar como se tivesse um quarto a mais. É como pagar seguro. Quando você paga seguro, não aumentou sua riqueza, até diminuiu, apenas adquire tranquilidade. Depois vou tirando outros aspectos até ficar o que chamo de PIB azul, que é de fato o que representaria o seu bem-estar. O tempo perdido em transporte público a gente tira. Quanto tem-

po você trabalha ou perde num trabalho de que não gosta tampouco entra. Aí o PIB, na verdade, devia ter outro nome, o PIB que às vezes chamo de colorido, o azul, esse é muito menor. E acho que deve ter sociedade com alto PIB econômico e com o PIB azul negativo. O Brasil talvez seja uma dessas. Se a gente compara o bem-estar, a tranquilidade, a satisfação de hoje com a de 50 anos atrás, dá para se perguntar quanto avançamos, se é que avançamos. Temos de mudar o conceito. O conceito, como se diz em Filosofia, é que atende a uma teleologia do processo, ou seja, aonde é que a gente quer chegar, qual é o sonho utópico? Defini em um livro o conceito de modernidade, que é o seguinte: “modernidade não começa como conceito social. Modernidade é um conceito físico; ser moderno é ser de hoje, é estar aqui e agora, ser de hoje. Com o tempo, ser de hoje significou ter carro. Ser de hoje significou ter televisão colorida. Aí, virou o conceito sociológico de modernidade”.

Se colocarmos como conceito de moderno aonde queremos chegar e a distância a que estamos disso, ser moderno está mais próximo de onde se quer chegar. Uma tribo indígena primitiva é mais moderna que os Estados Unidos. Como ela não conhece nada mais, o sonho dela se restringe ao próprio estilo de vida, então é mais moderna no sentido de estar satisfeita onde está. Quando começa a ter sonhos alternativos, aí vai regredindo. Certas sociedades já importaram sonhos. Vamos dizer, o Brasil dos anos 50-60 importou os sonhos para chegar a quê? Aos Estados Unidos e à Europa. Estava aqui, caminhou para outra modernidade ali, mas caminhou para uma modernidade falsa. Outro exemplo: um sujeito que não tinha carro, para ser moderno deve ter um, então ele compra, mas se endivida e não pode comer o que comia antes em casa, pois tem de pagar a mensalidade do carro; fica três horas no trânsito, tanto quanto ficava antes, só que agora sentado, no ônibus era em pé. Então, não dá para saber se ele se aproximou ou se afastou da modernidade. O conceito de moderno tem que ser revisto.

MARCOS. Mas o senhor não concorda que existe uma contradição, porque seja o governo do Partido Demo-

crata dos Estados Unidos, seja o governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil, ambos se legitimam também pelo consumo, pelo estímulo ao consumo das famílias, pelo acesso aos bens duráveis, que caracterizam essa modernidade tradicional?

Claro. E não só eles, todos no mundo de hoje. Tirando essas tribos indígenas muito isoladas, que o Sebastião Salgado fotografa, não tem mais nenhuma outra sociedade cujo paradigma não seja o consumo, embora algumas sejam menos consumistas. O Butão, um país pequenininho, que é capaz de dizer que sacrifica o consumo para manter as florestas, é um caso extra. A China, que hoje valoriza o consumo, deveria ser o país para apresentar uma alternativa, e até está trazendo em outras coisas como no uso de energia solar, da energia eólica, na organização social, na importância da educação, mas o consumo é o valor central, porque o paradigma da civilização industrial é esse. E o socialismo é apenas a outra face da moeda da civilização industrial, é a outra face do capitalismo. Não há diferença entre socialismo e capitalismo do ponto de vista paradigmático do propósito. A diferença está em como fazer a produção – um estatiza e outro não –, e em como distribuir – um entrega ao mercado, o outro usa o Estado –, mas o propósito tem sido o mesmo. É essa a esquizofrenia de que falei a respeito daqueles três setores: homem, natureza e recursos, bens e serviços. Homem trabalhando, produzindo e consumindo; e tendo inventado que o propósito de tudo isso é que a gente está na Terra para aumentar enlouquecidamente nosso consumo, independente das consequências, e ir comendo a natureza, e independente do preço que vamos pagar pela desertificação, pelos impactos da explosão de uma usina nuclear, etc.

MARCOS. O senhor está desenhando bonitas ilustrações, mas para o gravador tem que explicar o que é isto...

Você faz uma rodinha e diz que são os seres humanos. Faz outra rodinha e diz aqui é a natureza. Faz outra e diz isto aqui são os bens e serviços. Os seres humanos se relacionam com a natureza pelo trabalho, diferentemente dos outros animais. Graças a esse trabalho, a natureza se

transforma, a rodinha da natureza se transforma abolindo os bens e serviços pela produção. E, pela distribuição, o que está dentro da bolinha de bens e serviços se transforma em seres humanos na medida em que a gente consome, fica vivo comendo. Mas surgiu em algum momento, há cerca de 500 anos, a esquizofrenia de querermos fazer crescer a bola dos bens e serviços mais rapidamente que a bola do crescimento demográfico, entupindo-nos, nós, seres humanos do presente, de bens e serviços. E isso gera um efeito contrário quanto à depredação da natureza, fazendo com que acabe o petróleo, ou fazendo poluir o ar, sujar as águas, que é o que está acontecendo hoje, ou até mesmo fazendo com que haja um possível esgotamento de água. Esse modelo, esse conceito filosófico do propósito teleológico da humanidade, tem que ser revisito. A maneira de rever não é necessariamente dizer que vamos dividir os seres humanos em dois grupos: os que consomem e os que não consomem. Isso restringe o crescimento por algum tempo, mas cria duas espécies de seres humanos, os que participam da modernidade e os que são excluídos. Uma espécie de *neo-homo sapiens* e uma espécie de *neoneandertal*. Os *neo-homo sapiens*, aqueles que graças à ciência e à tecnologia vivem mais, são mais fortes, mais inteligentes e consomem muito. E os *neoneandertais*, os excluídos. A diferença é que além da exclusão social haveria uma exclusão biológica, pois não teriam acesso aos novos bens da alta tecnologia na biologia, na saúde, e por isso viveriam menos, seriam fracos, até serem desassemelhados dos seres humanos. Acho que essa é a alternativa. Quando falo isso para os meus alunos, eles acham que tirei de um filme, de algum livro do Stephen King. Mas os ponho para especular a respeito.

RICARDO. Queríamos ouvi-lo um pouco sobre Brasília, educação, Congresso Nacional, ou seja, vamos nos aproximar um pouco da realidade brasileira. O que significa Brasília para o senhor? Pernambuco, seu estado natal, tem uma tradição política muito forte, e poderia ter feito uma carreira política por lá. Por que escolheu Brasília? O que significa Brasília?

Essa pergunta: “o que é que significa Brasília?” nunca nin-

guém me fez. Primeiro, por que escolhi Brasília? A última coisa que podia estar em minha cabeça era fazer política porque, quando vim para Brasília, aqui não tinha eleição. Fiz política estudantil em Pernambuco, podia ter ido para lá. Não escolhi pela política. Queria fazer uma carreira acadêmica. Brasília não elegia deputado, senador, vereador, governador, nada. Só começa a eleger nos anos 80. Aqui cheguei no regime militar, primeiro dia do governo Figueiredo. Havia uma abertura, mas nem se falava em Constituinte, muito menos em eleição. Tem gente, aliás, até hoje, que acha que é um erro haver eleição em Brasília. Por que Brasília? Eu queria ficar no Sul, como se diz em Recife. Minha ligação com Recife é atávica, com todo o Nordeste é muito forte, mas eu queria ter uma passagem pelo Sul de dois anos. Surgiu uma possibilidade no Rio, na Coppe, outra na Unicamp e uma terceira em Brasília. Decidi-me por Brasília. Por um lado, achei que era um grupo mais independente ideologicamente, menos marxista que Campinas, embora eu ponha o “marxismo” entre aspas, menos tecnológica que a Coppe. E Brasília era nova, tinha 19 anos, 18 anos, Brasília fascinava quando eu vim para cá. E tinha os amigos, um chamado Ricardo Lima, meu colega na Escola de Engenharia, também engenheiro, e que me introduziu ao Edmar Bacha. E o Bacha foi quem fez os trâmites para que eu viesse, só que, quando cheguei, ele já tinha saído. Escolhi Brasília pela novidade, pelo desafio, pelo ineditismo e pela independência do departamento de Economia. Só que vim por dois anos e acabei ficando uns seis, então virei reitor da UnB e já estava comprometido com a cidade. E, quando precisaram de um candidato a governador, fui ser candidato. Estava tão certo que perderia que já tinha feito minha programação de férias para o dia seguinte ao primeiro turno. E ganhei... Mas acho que não devo continuar muito tempo, porque sou contra a política como carreira.

RICARDO. Qual o significado de Brasília na sua experiência pessoal?

Ah, vou responder! Primeiro, foi o lugar que me acolheu. Isso é importante. Eu seria acolhido, provavelmente, por

qualquer outra cidade, mas esta me acolheu de uma maneira especial. Como na época todos aqui eram fofasteiros, você é mais bem recebido. Segundo, porque, como aqui o grupo era menor, se transformou em uma grande família, na qual se inclui o Marcos Formiga. Brasília significa também, não como plano urbano, mas do ponto de vista social, uma possibilidade muito grande de fazer amigos, até por falta de outras alternativas. Esta semana uma artista falava na televisão que em Brasília os amigos são amigos, no Rio são companheiros de badalação. Só mais recentemente começou a ter mais badalação, para a juventude. Acho que é isso. Veja que não coloquei a participação junto ao poder, que só se deu quando eu tive um cargo, no meu caso, quando fui ministro, governador. Mas o brasiliense comum tem a mesma relação com o Congresso quanto um brasileiro de qualquer outro lugar. A distância é a mesma, lamentavelmente, salvo ver o prédio do Congresso todos os dias quando vai para o trabalho.

RICARDO. Mas para um nordestino, principalmente se habituado ao litoral, a ausência de uma certa rotina ligada ao mar não muda? Os laços afetivos com Brasília certamente são diferentes dos criados em Recife.

Primeiro, nunca fui muito ligado em praia. Posso passar anos sem ir à praia. Gosto de ver o mar, mas isso eu vejo quando viajo pelo Brasil, quando saio de férias para o mar. Não imagino férias em montanha, não sou de ter chácara, casa de campo, sou uma pessoa urbana. Sinto falta é da movimentação maior que há em outras cidades, do litoral ou não. São Paulo, por exemplo, me atrai. Do calor, a gente sente falta, embora em Brasília haja a compensação das noites frescas. E Brasília aumenta, talvez, o sentimento de brasilidade; você perde esse sentimento regional e adquire um sentimento de brasilidade. Não há um regionalismo brasiliense, não sei se é porque a cidade é nova ou se é por ser um pouco a síntese do Brasil. Ela está no centro do Brasil. Além disso, Brasília é uma cidade privilegiada pela quantidade de recursos que recebe da União. É muito dinheiro, muito dinheiro mesmo, que não havia no meu governo. Quando fui governador de Brasília,

havia uma contribuição voluntária do governo federal. Hoje, existe o fundo constitucional que obriga o governo federal a dar o dinheiro, uma quantidade muito maior.

MARCOS. O senhor diz que faz política, mas sem querer ser político profissional, embora seja o primeiro e único senador da República em Brasília que obteve a reeleição. Isso é um fato marcante na vida política da cidade. Ademais, conseguiu conciliar a vida política e a vida acadêmica. Recentemente, recebeu da UnB o título de professor emérito, embora prossiga as atividades docentes e de pesquisas. Então, o senador, que já foi governador e ministro, o que espera da carreira política? A academia ainda é o que marcará a sua presença na vida pública?

Esta é uma ótima pergunta. Primeiro, a segunda parte. Acho que minha presença acadêmica vai ser até o final – até eu não perder o juízo, como se diz. Aposentei-me este ano porque ia chegar à compulsória em breve: faço 70 anos daqui a alguns meses. Ao mesmo tempo, o pessoal bate tanto no salário de senador que decidi ficar com o salário de professor. Como eu sou ex-reitor, não posso reclamar da aposentadoria. Então, quando criticam o salário do senador, eu digo: comigo não. Enquanto der, vou me manter na universidade. Sou professor colaborador. Não penso em me afastar da vida acadêmica. Quanto à carreira política, continuo achando que a vida política é um serviço. De vez em quando a atividade política é aborrecida. O tempo que gasto, percebo que poderia usar em leitura ou escrevendo, vejo que é tempo que perdi. Isso me dá uma certa angústia. Perde-se muito tempo na vida política. O pessoal acha que político se diverte. Político sai para visitar as bases. Político tem a porta aberta. O telefone é conhecido de todo mundo. Alguns não são assim, mas a maioria tem telefone aberto, casa aberta, não tira férias, vai rodar os estados pensando já na próxima eleição. Eu, pessoalmente, tenho o plano de não me recandidatar. Até porque há um projeto de lei que proíbe a segunda reeleição para todos os cargos. Para todos os cargos mesmo: líder sindical, dirigente de confederação de futebol. Isso evitará esses cartolas não só nos clubes,

mas na política em geral. Meu mandato se encerra em 2018. O que não tiver conseguido fazer para levar adiante a minha proposta de federalização da educação básica é porque não deu e que outro que a agarre. Não vai dar mais. Estarei com 74 anos. Idade em que, acho, terei o direito de me concentrar numa coisa de que goste mais, que é escrever, dar aula e fazer atividade política diferente. Com a crise que está aí, começo a achar que talvez alguém precise fazer o contrário da Marina Silva. Ela é a líder de um movimento que está querendo se transformar e voltar a ser uma política partidária. Creio que estamos precisando do inverso: gente que seja político-partidária e se transforme em líder de movimento de uma nova modernidade, da modernidade ética, da busca de um denominador comum para o Brasil. Então, por isso, não penso em ficar muito tempo – aliás, é muito tempo até 2018.

RICARDO. O seu governo no Distrito Federal teve políticas inovadoras na perspectiva da inclusão social, abraçou os princípios da transparência e da prestação de contas e estimulou a participação social. Por que esse padrão não se enraizou na cultura política de Brasília, e seus sucessores adotaram caminhos bem diferentes?

Algumas coisas se transformaram de programas de governo em programas sociais, a própria educação, a elevação de número de horas de aula, que o governador posterior não interrompeu. Havia muitos programas realmente criativos, inovadores – é uma lista grande, que pouca gente conhece. O que ficou mais foi a marca da Bolsa Escola, da Faixa de Pedestres, do Saúde em Casa e muitos outros. Um programa que eu acho extremamente interessante para o futuro é o das agroindústrias domésticas, de verticalização da produção. A família que plantava tomate verticalizava. Em vez de plantar tomate e vender no cesto para o intermediário, o homem colocava numas caixinhas de plástico bonitinhas e vendia nos supermercados diretamente. Fizemos com que ele produzisse a massa de tomate, uma indústria que na época custava 5.500 reais, num quatinho, com dois ou três equipamentos. Por que não continuaram? Essa é uma pergunta. Acho que, primeiro, foi porque

não tive a competência de ganhar mais um mandato. Perdi a reeleição. Se tivesse ficado mais quatro anos, talvez isso se consolidasse.

RICARDO. Naquela oportunidade, enfrentou o Joaquim Roriz, não foi?

Exato. A visão do Roriz foi destruir tudo o que foi feito antes. Por exemplo, o Saúde em Casa era um programa em que as pessoas tinham médicos a no máximo mil metros de casa e esse médico ia à casa das pessoas, visitava, conversava, cuidava. Com isso, deixamos leitos vazios nos hospitais. Mesma coisa com a política do trânsito. Brasília era campeã de mortes no trânsito e perdeu esse posto, apesar de aqui ser um lugar em que se dirige em alta velocidade. Houve um controle muito rígido da velocidade e da educação. Esse programa, o Roriz eliminou com uma assinatura, demitindo quatro pessoas, porque não o colocamos na lei, o que foi outra falha. A própria Bolsa Escola, não a fizemos por lei, mas por decreto. Ou seja, podia acabar. Não tínhamos maioria na Câmara Legislativa e eu temia que não passasse. Aí, fomos levando, levando, e ele desfez.

RICARDO. No Brasil tem melhorado o índice de Gini, indicador internacional quando se discute a desigualdade de renda. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, em 2011 o índice de Gini para o Brasil ficou em 0,501. Entretanto, quando é feita uma desagregação por unidade da federação para o mesmo ano, encontramos indicadores piores, como Maranhão (0,545), Piauí (0,550) e Distrito Federal (0,584). Essa clivagem entre plano-piloto e cidades-satélites, que marca Brasília, não é um desafio contemporâneo para a própria modernização brasileira?

Mas veja bem, o índice de Gini mede a desigualdade na renda, não mede a desigualdade social. Se você incorpora renda, saúde, educação, segurança, acesso à cultura, vai ver que a desigualdade é menor em Brasília que em outras cidades. Até pela quantidade de dinheiro que recebe do governo federal, que é muito. O tamanho das casas é muito desigual, mas tem água

e esgoto em todas. O transporte era muito desigual porque quem tivesse carro ia muito rápido, agora já está demorando também, mas pelo menos o conforto é maior. O serviço de transporte urbano, por pior que seja, é muito melhor que na maioria das outras cidades, tirando Curitiba e o próprio Rio. Então, a desigualdade social é menor e se deve a algumas políticas sociais, como o programa Toda Criança na Escola. A escola não é boa, mas é razoável quando comparada com os outros estados. Pararam muitos dos programas que tínhamos e que iam elevar bastante o nível. Eu cometi um erro, ou melhor, dois. Um foi não erradicar o analfabetismo, o que podia ter feito aqui, mas fiquei com a cabeça orientada para as crianças; e o segundo é que elevamos o número de horas de aula para todos. Aí, chegamos a cinco e em algumas escolas a seis. Eu devia ter escolhido umas quatro cidades do Distrito Federal e feito a revolução nessas para termos aqui escolas iguais às coreanas, que é a proposta que tenho hoje para o Brasil. Minha proposta para o Brasil é revolucionarmos por cidade. Não dá para fazer uma revolução no Brasil aos poucos, tem que fazer de uma vez. Não dá para fazer em todo o Brasil de uma vez, mas se pode fazer de uma vez em uma cidade, depois em outra, depois em outra. Vamos pegar a comparação com os Cieps: em vez de ser unidade escolar, a cidade viraria um Ciep, com professores especiais, uma nova carreira, ganhando muito bem. Eu devia ter feito isso em algumas cidades, e aí ninguém mais me parava, mas fiz em número de horas. Isso não regrediu.

RICARDO. A Rosa Freire d’Aguilar tem outra pergunta: “Quando governador de Brasília, o senhor tomou várias medidas pioneiras do que hoje é englobado pelo Bolsa Família: a Bolsa Escola, a Pensão Escolar, etc. Em que elas eram mais ou menos eficazes que o atual programa do governo federal? E o que faltaria para melhorar o Bolsa Família?”

O nome em primeiro lugar. A Bolsa Escola era diferente da Bolsa Família. Quando a mãe recebia a Bolsa Escola, pensava: “eu recebo este dinheiro para que meu filho

vá à escola, e pela escola a gente vai sair da pobreza”. Quando ela recebe a Bolsa Família, pensa: “eu recebo este dinheiro porque a minha família é pobre, e se eu sair da pobreza eu perco”. Foi um erro grave do Lula, do ponto de vista conceitual, embora um acerto do ponto de vista eleitoral. Portanto, primeiro, o nome. Segundo, a gestão. A gestão, no meu governo e no do Fernando Henrique, quando ele expandiu o programa, era ligado ao Ministério da Educação. Isso dava uma dimensão educacional forte ao programa. Terceiro, foi misturar a Bolsa Escola, que era um programa vinculado à educação, com vale-alimentação, vale-gás. Ao misturar, não tem diferença entre a bolsa ir para uma família com criança ou sem criança. Perdeu-se, portanto, a conotação educacional. Primeiro formulei a Bolsa Escola quando era reitor. Depois, como governador, a ideia ao implementá-la é de que duraria 11 anos, que era o tempo que a criança iria da primeira série até a última do segundo grau. Aí não mais precisaria da bolsa. É preciso lembrar também que eram dois programas que eu deveria ter chamado por um nome só – foi um erro do marketing. Bolsa Escola não era só uma ajudazinha, não, era um salário mínimo por mês, contra a presença da criança na escola. Mas tinha outro, que era um depósito, uma vez por ano, se o aluno passasse de ano, e que ele só receberia se terminasse o segundo grau. Esses dois juntos é que eu acho que seguraria o menino até o final do ensino médio. Investimos muito em educação, em salário e formação de professor, em construção de escolas, ensino a distância para os professores, embora naquela época não ainda para crianças. A meu ver, tudo isso ia fazer uma Bolsa Escola libertadora. Nós, hoje, temos uma Bolsa Família assistencial. Essa é a grande diferença: de libertadora, de emancipadora, para assistencial. Criou-se essa situação da Bolsa Família, que é necessária, da maneira como é não é mais possível extingui-la. Eu tenho dito que se acabássemos a Bolsa Família, hoje, seria um crime contra a humanidade. Se daqui a 20 anos ainda tiver Bolsa Família é porque cometemos um crime contra o Brasil, não conseguindo libertar o país dessa necessidade.

RICARDO. A proposta do educacionismo e, certamente, essa ênfase que tem dado, desde a campanha presidencial de 2006, em relação à questão da educação básica, marcou sua trajetória política recente. Poderia resumir os pontos principais da sua reflexão sobre como melhorar a escolaridade brasileira? Ainda permanece com a ideia de federalizar o ensino básico ou fez a ela alguma adequação?

Talvez seja necessária uma adequação quanto aos custos, mas o conceito é o mesmo. Conceito, digamos, filosófico e, depois, administrativo. A filosofia do educacionismo é dizer que a libertação está na educação e não na economia. O socialismo não está em tomar o capital do capitalista e dar ao trabalhador, a revolução está em pegar o filho do capitalista e pôr na mesma escola do filho do trabalhador. É a igualdade na escola que importa. O comunismo falava numa renda igual para todos e isso é possível na base de muito autoritarismo e ineficiência. A proposta do educacionismo é que você tem uma desigualdade tolerada entre dois limites: o piso, que é o piso social, aqui ninguém passa fome, ninguém fica doente sem atendimento médico; e o teto ecológico, ninguém consome acima disso aqui. A escada de ascensão social permite que um chegue lá em cima e outros fiquem aqui embaixo – essa escada é a escola. Você oferece escola para todos, uns vão subir mais que outros pelo talento, pela vocação e pela persistência. Então, essa desigualdade tem que se tolerar. Não vejo problema nenhum em um atleta ganhar mais dinheiro que o cara que não tem o talento dele. Cuba acaba perdendo muitos atletas por causa disso. Mas ninguém abaixo, ninguém acima. Isso vai exigir, primeiro, leis de proteção ambiental. Ninguém, por mais rico que seja, pode fazer um safári de baleia ou de leão. É possível que chegue um momento em que, por mais dinheiro que você tenha, não poderá comprar um carro, cujo número será limitado.

MARCOS. Em Cingapura, só compra carro se tiver lugar para estacionar.

Exatamente. Então, tem esse limite de consumo, mas não tem limite, por exemplo, de patrimônio. Se puder ter

uma caderneta de poupança, terá quantas quiser. Poupança não polui e dinamiza a economia. Essa é a visão do educacionismo. Como ele se casa com a federalização? Como o Brasil vai ter escola igual para todos na mão dos municípios? É impossível, porque os municípios são desiguais. Se calcularmos o Gini da renda dos municípios, acho que será pior que o da renda per capita.

RICARDO. Trabalho recente do IBGE, intitulado “Produto Interno Bruto dos Municípios 2010”, mostra uma expressiva concentração espacial da economia, com 309 municípios gerando 75% do PIB nacional.

Trezentos são cerca de 5% dos municípios. Então, como vai ser? Além disso, depende da vontade do prefeito. Assim, o que é a federalização da educação? Primeiro, uma carreira nacional do magistério: o professor ganhar o mesmo em qualquer lugar do Brasil. Calculamos que esse salário deve ser 9.500 reais por mês para poder atrair bons quadros, menos que isso eles não vão querer vir. Segundo, escolas com edificações bonitas e bem-equipadas, o mais moderno que existir. Condenar uma criança a assistir aula com quadro-negro é colocá-la numa câmara de tortura. Hoje é lousa inteligente, é computador. Terceiro, tudo em horário integral nessas escolas. Em matéria de equipamento, não só computador, mas natação, por exemplo. Como fazer isso chegar ao Brasil inteiro? Não dá para ser de um dia para o outro. Não dá para pegar os professores atuais, passar a esse salário e querer que com isso melhore. Temos que escolher certas cidades e começar.

RICARDO. Teríamos um projeto-piloto em cada estado?

Piloto é se fosse para testar. Já não é mais para testar. É dizer: todos os professores dessa cidade aqui virão do concurso de carreira feito em nível nacional. Assim como os funcionários do Banco do Brasil fazem um concurso no Rio de Janeiro e vão para onde o banco mandar; o mesmo se passa com os juizes, os promotores. Tentaríamos absorver os professores da cidade escolhida que não passassem no concurso, e poucos vão passar, pagando um salário melhor a eles, mas não igual a esse salário nacio-

nal. Esse seria um quadro que iria se extinguindo. Dá para fazer até 100, 200 cidades por ano. Levam-se 20 anos para chegar a todas. Não se consegue fazer no Brasil inteiro de uma só vez, e não dá para dar o salto aos poucos. Em um determinado tempo, deu-se o salto em todas.

RICARDO. Nessa sua proposta, se desmembraria a estrutura administrativa do governo federal, com o Ministério da Educação ficando responsável exclusivamente pela educação básica, enquanto o ensino superior passaria a ser uma atribuição do Ministério de Ciência e Tecnologia?

Eu não vejo como fazer isso com um ministério que tenha de cuidar do ensino superior. Eu fui ministro um ano, recebi uns 500 parlamentares, só um me pediu pelo ensino fundamental, Severiano Alves, da Bahia, todos os outros pediam universidades, e alguns, escola técnica, porque ela é federal. A maioria queria registro de universidades novas. Nenhum tampouco falou de analfabetismo.

RICARDO. Nessa ideia de federalização, com esses recursos com que estão acenando, como os *royalties* do pré-sal, o que muda em termos de oportunidade para viabilizar essa federalização?

Acho que muito pouco. Estamos vendendo uma ilusão com esse negócio do dinheiro do pré-sal. Hoje estava pensando que não estamos dando *royalties* do petróleo para a educação, estamos dando educação para os *royalties* do petróleo. Se tudo der certo, se o petróleo der certo, se soubermos extraí-lo a 5 ou 7 mil metros de profundidade, se o preço estiver bom, teremos, em 2022, 88 bilhões de reais, e isso é uma previsão muito otimista. Pela lei que foi aprovada, 60 bilhões de reais iriam para a educação e 28 bilhões para a saúde. Para fazer este programa que acabo de descrever, vamos precisar de 450 bilhões de reais por ano. Então, teríamos 60 bilhões. Não é insignificante, mas não vai salvar o Brasil.

RICARDO. Em termos de proporção do PIB, quanto custaria esse seu programa de federalização e qualificação da educação básica do país?

De 6,4% do PIB, supondo-se um crescimento de 3% durante 20 anos. E, se o crescimento for menor, adiamos, em vez de 20 anos, faz-se em 30. Acho que o pré-sal pode ajudar, se existir, se for bem-explorado, se o preço estiver bom, mas não vai dar, não é o que vai significar a mudança. A mudança é a decisão firme de mudar as prioridades desse país.

MARCOS. Além da educação, que marca seu mandato e sua linha de atuação, nota-se que o senhor tem se preocupado em diversificar esse foco. Eu chamaria atenção para seus pronunciamentos mais recentes. O senhor começa a trabalhar com ideia de conhecimento. Antes já tinha incluído a sustentabilidade; mais recentemente, saúde e violência, principalmente em função das manifestações populares de junho.

Eu me orientei de duas formas. Uma – a educação – virou um pedacinho de um complexo de cinco capítulos que chamamos de Sistema Nacional do Conhecimento e de Inovação. Os cinco capítulos são: 1) a revolução na educação básica, que é a federalização; 2) uma refundação da universidade, que, como está, não vem cumprindo o seu papel; 3) a definição de critérios para os empresários brasileiros serem inovadores, criativos, conviverem com as universidades; 4) a criação de grandes institutos, tipo ITA, para a área de nanotecnologia, área do cérebro; energias alternativas; 5) e, finalmente, fazer do Brasil um ambiente inovativo, com bibliotecas e teatros nas cidades. Isso é uma mudança. A outra, à qual eu tinha me dedicado muito mais, é a economia, porque estou vendo a crise que vem aí. E, se não cuidarmos dela, ninguém vai falar em educação. E se a inflação voltar? A gente só vai falar de inflação. É a volta ao imediatismo. Há 12 anos fiz um texto com um assessor meu, Waldery Rodrigues, chamado “A economia está bem, mas não vai bem”. O que aconteceu de lá para cá? Temos de tirar metade do título e dizer que a economia não está bem, porque aquela que estava bem sumiu. Ela não está bem nas balanças comerciais, não está bem nas contas do governo, não está bem na taxa de inflação. Continua mal nas características do produto baseado em *commodities* e metal-mecânica.

Em suma, tenho diversificado minhas preocupações nessas duas áreas. Sou membro e participante muito ativo da Comissão de Economia no Senado. E agora sou presidente de uma subcomissão da Comissão de Economia para pensar no futuro, pois em geral só nos reunimos para discutir o imediato, o projeto tal, o financiamento tal. Digo que precisamos começar a pensar no futuro. Por exemplo, quanto ao orçamento. Em geral, o discutimos do ponto de vista contábil, quanto entra, quanto sai. Essa minha Comissão vai discutir o impacto econômico do orçamento: quanto o orçamento ajuda para crescer e para não crescer? É para destruir o meio ambiente ou para não destruir o meio ambiente?

MARCOS. Sobre o futuro, foi lançado recentemente o livro *Abundância: o futuro é melhor do que você pensa*, de Peter Diamandis e Steven Kotler, que já é um *best-seller*. Um é grande cientista americano ligado à singularidade, o outro é um jornalista divulgador. Eles dizem que o crescimento leva a uma situação de abundância. Dizem que exatamente a característica do novo crescimento é estar ligado a saltos tecnológicos da informática e da explosão de conhecimento. Enquanto isso, aqui no Brasil a gente começa a temer o futuro, sobretudo depois dessas manifestações. Como o senhor vê esse otimismo no cenário internacional versus o pessimismo no cenário brasileiro?

O que resta de meu otimismo vem dessas manifestações, que é o despertar da consciência de que as coisas não estão indo no bom caminho. Por isso, eu posso ser otimista, mas não otimista no sentido da abundância. O rei Midas tinha muita abundância; morreu porque tudo virava ouro. É preciso redefinir abundância: de quê? Tem que começar a falar em abundância de tempo livre. Isso implica algo importante, que é viver mais. Viver mais implica mais ciência e tecnologia, embora não só. Viver mais implica gastar menos tempo com transporte. Aí, vai depender de duas coisas. Ou se aumenta o número de carros, o que não resolve, ou se aumenta o número de ônibus ou VLT, o que também não é solução. Talvez a solução seja trabalhar perto de

casa, graças a um novo conceito de estruturação urbana. Eu vi que havia uma fábrica de móveis em Salvador em que deram as máquinas para os trabalhadores ficarem perto de casa. Uns fabricam a tampa, outros fabricam o pé em outro lugar, depois juntam e montam. Antes, juntavam os três grupos de operários: o da tampa, o do pé e o da montagem. Quanto ao conceito de teletrabalho, na verdade é para se trabalhar na informática, mas também se aplica a isso. De qualquer maneira, vale atentar que o Diamandis é o autor que já escreveu sobre o problema da modernidade.

MARCOS. O senhor acha que as tecnologias podem resolver alguma coisa nesse conceito paradigmático do desenvolvimento?

Podem. A tecnologia tem um papel. Como coloquei num livro meu, creio que em *A desordem do Progresso*, temos tido uma escala de prioridade de quatro vetores. O que vale é o avanço técnico para definir se somos ou não desenvolvidos. Esse avanço técnico teve que abandonar objetivos sociais. Para poder usar carro você teve de deixar de fazer casa, teve de deixar de fazer esgoto para fazer viaduto. Esses objetivos sociais ficaram menos importantes que avanços técnicos. Passamos a dominar a racionalidade econômica: o que vale é o PIB, não é o fato de a pessoa ter saneamento. E, para que a racionalidade econômica se ajustasse ao tipo de progresso baseado no avanço técnico, tivemos que abandonar os valores éticos. Agora temos de fazer o contrário, uma subversão radical. Vamos definir os valores éticos? São eles que vão definir a racionalidade econômica que vamos usar. Esta vai definir os objetivos sociais. E estes vão definir o avanço técnico. O avanço técnico é o único caminho, desde que esteja subordinado a objetivos éticos.

RICARDO. A partir de sua experiência política, como enxerga esse processo social recente que desde junho vem tomando conta da vida do país? Sua experiência vem do Partido dos Trabalhadores, a partir de 1994, quando foi eleito governador do Distrito Fede-

ral, e depois senador, em 2002. Depois, se transferirá para o PDT, sendo eleito senador em 2010. Que balanço faz do Congresso Nacional, e especificamente da Constituição de 1988, que está completando 25 anos? Há alguns aspectos que estão esgotados no texto constitucional? O Congresso Nacional precisa adequá-la à nova realidade do país?

Ótima pergunta, porque se criou uma santidade em torno da Constituição. Em parte, porque já a rasgamos tantas vezes que, sempre que se rasga a Constituição, o que vem depois é pior. Ulysses Guimarães a chamava de Constituição cidadã, eu acho que ela está mais perto de ser corporativa que cidadã. Ela criou direitos,

cional Constituinte apenas para fazer a reforma política. Uma convocação desse tipo, caso aconteça, teria poderes para rever toda a Constituição Nacional.

Não entro na parte jurídica para saber se eles têm razão ou não. Assumo que têm. Minha proposta evoluiu, ou involuiu, para que nós do Congresso solicitemos a um grupo que elabore essa proposta. Esse grupo não poderá ser candidato durante os oito anos seguintes. Essa equipe será escolhida entre congressistas, alguns líderes sindicais, algumas personalidades, gente da área de Ciência e Tecnologia, e terá de responder como acham que deve funcionar a política. O Congresso submete o resultado a seu exame. E cada um desses que fizer parte da pro-

“O socialismo não está em tomar o capital do capitalista e dar ao trabalhador, a revolução está em pegar o filho do capitalista e pôr na mesma escola do filho do trabalhador.”

não criou deveres. A democracia deve ter deveres também. A Constituição ficou a atender demasiadamente aos interesses corporativos do momento. A razão disso? Os constituintes eram parlamentares, não foram constituintes exclusivamente. Faziam a Constituição pensando se ela ia ajudar ou atrapalhar a eleição deles. Então chegava aqui a OAB e colocava uma coisa, aceitava-se. Chegava outro grupo de pressão e fazia o mesmo. É a única Constituição do mundo que tem isso: o nome de um órgão de classe. Está lá escrito OAB. E também estabelece uma taxa de juros máxima, o que foi feito para atender à situação da época, e feito por uma figura maravilhosa, Fernando Gasparian. Mas não faz sentido ter na Constituição uma taxa de juros máxima. Ela deixou muitas margens para cair a qualidade do funcionamento da política. Por isso, acho que a gente precisa começar uma constituinte para mudar a parte política da Constituição.

RICARDO. Mas uma parcela expressiva dos juristas diz que não é possível rever só uma parte da Constituição Federal. Não se poderia convocar uma Assembleia Na-

posta não será candidato. E, se houver um bom nome no Congresso para ser membro dessa comissão, pois muito bem, ele renuncia, e não será candidato a outro mandato, pelo menos nos oito anos seguintes. Podemos ter um bom marco político. Fora isso, eu não vejo como.

RICARDO. Essas manifestações de rua, que foram vistas por todo o Brasil em junho de 2013, deixaram perplexos parlamentares, partidos políticos, governos, acadêmicos, jornalistas, que ainda estão processando os acontecimentos recentes. De certa maneira, o senador foi um dos primeiros a se pronunciar, e causou uma repercussão muito grande com a ideia de que os partidos políticos estavam esgotados. É como se tivesse sinalizado que seria imprescindível uma profunda renovação do sistema partidário. Seria importante que desenvolvesse mais esse ponto de vista.

E teve muita gente contra. Por um lado, fiquei até contente, pois de repente vi tanta gente defendendo os partidos que pensei: ainda tenho esperança... O que escrevi foi o seguinte: acabo de propor na tribuna a abolição dos atuais partidos. Pus assim, “abolir”, mas,

veja bem, há dois anos fiz uma proposta de reforma política. Está tudo ali, até mudar o nome de deputado para representante do eleitor, que eu acho que mostraria um pouco essa nova relação. E lá está, como último item, como medida transitória, uma moratória partidária. Durante seis meses seria como se os partidos não existissem, mas quem quisesse que mudasse de um para outro ou criasse outro. Como estão, não são partidos, são clubes eleitorais. Qualquer um de nós aqui é mais próximo de uma pessoa de outro partido do que de muitos dos nossos. Isso vale para todos. Não há unidade ética nem unidade programática. Não vou falar de ideologia! Isso tem que mudar. Minha ideia é a refundação dos partidos. Só que – e aí minha frase tem mais valor ainda – a política tal como existe hoje está em contradição com a tecnologia atual. Quem primeiro me chamou atenção para isso foi o Sarney, na época já com 80 anos, ou quase. Um dia eu estava no plenário, vazio, conversando com ele, e perguntei: “Mas como é que fica desse jeito?”. E ele respondeu: “Olhe, ainda não entendemos o novo momento”. Nisso, toca o meu telefone, e ele perguntou como eu não estava conseguindo colocar o povo, através do telefone, aqui dentro. Nós não sabemos ainda usar a internet. Um grupo de 1 milhão e 400 mil pessoas assinou,

num bar convoca os amigos dele para ir no outro dia quebrar o bar. Ele não vai botar 100 mil pessoas na rua, mas põe 50 no bar e faz um estrago imenso. Acabou-se, não vai haver mais descanso para um político enquanto ele não conseguir fazer com que esses meninos que estão na trincheira doméstica do computador fiquem contentes. A gente não sabe o resultado disso.

RICARDO. A propósito, em 2012 o senhor publicou o pequeno livro *Reaja, de certa maneira um desdobramento do Indignem-se (“Indignez-vous”)*, do diplomata francês Stéphane Hessel. Bem antes das manifestações de rua, esse texto já era uma espécie de convocação para que os jovens não se conformassem, não se resignassem diante da realidade política e social do Brasil. O que o motivou a escrevê-lo? Acha que está em sintonia com essas manifestações recentes?

Acho que ele é mais radical que as manifestações de rua. Não pelos métodos, pois não propõe quebrar nada, mas propõe reação a outras coisas. Propõe reações culturais, reações à crise ecológica – diga-se que não vi uma só bandeira dos ecologistas, uma só bandeira contra Belo Monte. Propõe algo mais radical. Lembro bem do *Indignem-se*. Eu fazia parte do conselho de um centro das Nações Unidas que fica em Hamburgo, entrei numa livraria

“Eu digo que a primeira coisa é ter uma causa, depois, preparar-se para entender essa causa e suas relações com o resto do mundo. E aí pense se para isso você pode ajudar melhor numa ONG, num partido, ou se tem outra opção puramente intelectual.”

pela internet, um documento pedindo que o Senado reavaliasse a eleição do presidente Renan Calheiros, e esse documento foi para a gaveta, morreu. As normas que estão aí ainda não têm como incorporar isso. E o mais grave é que, se não incorporarmos, vamos ficar para trás, porque hoje o mundo vive, sobretudo o Brasil, neste momento, por coincidência, uma guerrilha cibernética. Qualquer menino hoje que for maltratado

onde havia livros estrangeiros e vi esse livrinho francês. Comprei, saí da livraria, sentei num Starbucks Café e li numa carreira. Vi que o livro tinha algumas propostas. Depois conheci o autor, um homem maravilhoso, estava com 94 anos, morreu com 95; tinha uma visão ainda do comunismo dos anos 1950. Não colocou a preocupação ambiental, não trouxe a dimensão holística que temos hoje dos seres humanos e da natureza. Então pensei

em escrever algo na mesma linha. E escrevi, inclusive dei para ele esse documento, ainda antes de ser lançado. Foi isso, quis adaptar o *Indignem-se!*, do Stéphane Hessel, para o momento. Não foi para o Brasil. Se você olhar bem, tive uma preocupação muito grande para que o livro não fosse abraçadíssimo, e sim internacionalizado. Só mais um detalhe a esse respeito. Uma das provas, a meu ver, da degradação da política no Brasil é que – pode parecer falta de modéstia, mas não é, pois é uma autocrítica –, se eu não fosse senador, esse livro ia ter mais êxito... Mas, quando o leitor vê meu nome e identifica, “esse cara é senador”, reage a comprar e a ler o livro.

RICARDO. Deixei para o final da nossa entrevista duas perguntas de Irineu Belo Balbi, assistente editorial dos Cadernos do Desenvolvimento, e meu orientando de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio. Ele tem 30 anos. A primeira pergunta é o que recomendaria aos jovens que pretendem ingressar no mundo da política?

Antes de mais nada, quero parabenizá-lo porque em geral os orientadores mandam os orientandos, e você trouxe uma pergunta do orientando. Isso mostra uma generosidade que deveria ser uma característica fundamental. Entrar na política é, primeiro, descobrir uma causa. Não entre na política se não sabe se tem uma causa. Não entre na política porque vai ser eleito, porque vai ter título de deputado, senador. Não. A escolha é uma causa. Segundo, depois de sentir que tem uma causa, pode até mudar essa por outra, mas estude muito, leia muito, inclusive literatura, vá a teatro, para introjetar na sua cabeça a causa que descobriu pelo coração. Depois disso, no Brasil, há dois caminhos para fazer política: ou crie um órgão, um movimento, uma ONG; ou entre num partido. Aí, depende da sua vocação. Uma vez eu estava na França, num debate com jovens, e um deles, mexicano, perguntou: “Está tudo muito bem, gostei da sua palestra, mas vou voltar amanhã para o México, e o que faço quando chegar lá?”. Então respondi: “Quando chegar lá, você olha para os lados, se vir umas formiguinhas caminhando no chão e achar que é um absurdo pisar

nelas, crie uma sociedade de proteção das formigas e comece a militar para proteger as formigas. É a causa”. A esse jovem, eu digo que a primeira coisa é ter uma causa, depois, preparar-se para entender essa causa e suas relações com o resto do mundo. E aí pense se para isso você pode ajudar melhor numa ONG, num partido ou se tem outra opção puramente intelectual, na vida acadêmica, por exemplo. A vida acadêmica pode ser um caminho, através das suas reflexões, para influenciar outros jovens que talvez tenham vocação para defender uma causa numa ONG ou num partido.

RICARDO. Eu, que acompanho há muitos anos seus escritos, sua atividade política, suas palestras no Brasil e no exterior, sempre identifiquei uma tensão entre o romantismo de um homem de ideias, que não sabe exatamente se as ideias poderão ser aplicadas no presente ou num futuro que talvez ele nem possa presenciar, e o realismo que impõe a política, de uma campanha eleitoral em que se tem de fazer um discurso, ganhar a eleição para assumir um governo ou um lugar no legislativo. Nesse momento em que a gente vê essas manifestações de rua – e agora introduzo a pergunta do Irineu –, se deixa possuir por algum romantismo, uma visão otimista em relação à política, acredita numa reformulação dos quadros políticos, ou melhor, na renovação da nossa elite política?

Da elite? Não acredito. Há duas maneiras de ver. Ou você acredita que a atual elite vai se renovar ou você acredita que vamos substituir essa elite por outra. Na renovação da atual elite política, por dentro, eu não acredito. Nós já passamos da idade, nossos vícios não permitirão que a gente se renove. Claro, um ou outro vai fazer isso, mas quanto à maioria da elite, que deve ser algo como 5 mil, 6 mil, se não me engano, vereadores, deputados, eu não acredito. São muitos vícios e estamos viciados. Eu acredito na renovação com novos nomes, mas mesmo assim não vai ser rápido. Eu temo que a próxima eleição, depois de tantas manifestações, traga para cá os mesmos deputados, os mesmos senadores, aqui e ali podem mudar um governador e

um prefeito, no máximo. Não sou otimista quanto às manifestações de rua chegarem às urnas. É cedo para dizer, mas temo que não vá haver essas modificações todas, até porque os bons não entram na política, os bons não estão mais disputando eleição. Quanto ao lado do romantismo, é verdade, eu assumo isso. Agora mesmo, todo mundo discutindo se eu deveria ser, todo mundo que eu digo são os próximos a mim, candidato ou não a presidente da República. Eu não tenho nenhuma empolgação porque fui um candidato, basicamente, romântico, deixei a minha imagem, só com 2,5% dos votos, do romântico da educação. Se eu for candidato outra vez, a imagem que vai ficar é a do cara que quer ser presidente e não do cara que tem uma bandeira. Se fosse para ser, aí eu queria porque poderia pôr em prática as coisas que defendo, mas não vou ser. Meu partido não tem condição de eleger um presidente e talvez eu não tenha carisma suficiente, e não tenho dinheiro... Então, para quê? Mas, além do romantismo, não tenha dúvida, eu faço política muito mais pensando na história do que no resultado imediato. Isso aí é verdade. Uma vez eu disse que faço política porque quero aumentar o número de pessoas que vão ao meu enterro...

§